

CONSIDERAÇÕES GLOBAIS SOBRE O GÉNERO LITERÁRIO¹

A literatura constitui uma forma, um comportamento específico da linguagem, um jogo verbal regido por regras poético-retóricas, assente em grande parte no prestígio e na produtividade da teorização aristotélica. Qualquer reflexão e tentativa de controle, de sistematização sobre e de um tal objecto leva ao constatar da perenidade de toda uma tradição (em grande parte daquela derivada) que converte a literatura ocidental nesse agregado de classes fundado sobre noções diversas, como o postula Hegel, nessa «ordem simultânea» de que fala Eliot.

A dita tradição, na qual o literário se inscreve e de que ao mesmo tempo deriva, conjunto de convenções constitutivas e reguladoras, cujo agenciamento produz uma continuidade descontínua tornada autoridade pela institucionalização de que se reveste, implica o estabelecimento e o reconhecimento de formas e convenções estáveis, modelos instauradores de uma ordem trans-histórica, de uma totalidade relacional, didaléctica.

Atendendo-se, por um lado, à mutabilidade interna inerente ao ser literário, por outro, à possibilidade de haver uma multiplicidade dos contextos mediante os quais uma obra pode ser realizada e recepcionada, dada a importância do factor paratextual, os objectos materializados (obras) terão que ser encarados enquanto «monumentos e documentos de linguagem preservados para além do seu conteúdo inicial».

O tomar de consciência de tais características intrínsecas ao funcionamento da processualidade literária impossibilita o adoptar uma concepção rígida no uso das categorias e das definições genéricas, uma vez que todo o texto tem como dimensão essencial a transtextualidade. Sendo o texto o espaço volumétrico onde interactuam e se actualizam vários núcleos arquitectuais, «nenhuma teoria dos géneros pode decompor a literatura em classes mutuamente exclusivas». O que se visa atingir é, tal como N. Frye propõe, «menos o classificar os géneros que o de classificar as relações entre as obras, servindo-se dos indícios que são as situações genéricas».

Concebendo-se a literatura como inserida numa pragmática comunicativa, a reflexão sobre ela, em si mesma acção, destina-se a aceder a um modelo específico de leitura e de escrita. A elaboração de um trabalho de sistematização implica um processo que, num momento último, leva ao remontar ao modelo matriz, do modo ao processo, já que «toda a obra é ante de mais gèneses». A reflexão persegue não propriamente o género, numa acepção dogmática e

¹ Notas de leitura a SCHAEFFER, Jean-Marie — *Qu'est-ce qu'un Genre Littéraire?*, Paris, Seuil, 1989; nesta breve sùmula, todas as citações transcritas no corpo do texto sem indicação de fonte provêm da obra mencionada, tendo sido objecto de uma tradução.

rígida, mas antes aquilo que Schaeffer classifica como «genérico» e também «genericidade», essa propriedade constitutiva, constituinte mesmo de arqui-textualidade. Sabendo que, e citando o mesmo teórico, «toda a distinção conceptual é da ordem do processo», os parâmetros essenciais de tal actuação dizem respeito ao detectar de um «engendramento progressivo: semelhança, transformações, diferença».

Todo o género, enquanto entidade teórica, funciona como um código retórico literário, isto é, um paradigma, em si mesmo construção conceptual da ordem do diferencial, que permite a colocação de problemas e concomitantemente a sua resolução; classe de modelos textuais que, na óptica tradicional, constituía a condição «sine qua non» de pertença à literatura, permitindo também sistematizar, seleccionar, interpretar e avaliar. Porém, tendo-se constatado que «a própria constituição da classe textual é fundamentalmente descontínua, dada a complexidade dos vários níveis textuais» e da dinâmica que os rege, surge uma outra inflexão na perspectiva baseada na procura de critérios de similitude, tendo em vista o detectar de uma unidade.

Assim, a coerência que se intenta encontrar permite admitir a existência de uma entidade inferida através da verificação de uma oposição diferencial e funcional. O detectar de traços pertinentes possibilita encontrar «analogias arquetípicas». De tais procedimentos e parâmetros, e partindo de um conjunto de características e de propriedades textuais recorrentes, se postula uma identidade formal literária, inferida da observação, de teor arquiteitual, à qual, como a toda a identidade, se atribui um nome.

Contudo, entre o género e o texto um limiar se instaura, uma vez que a relação que os une é complexa e heterogénea, nela reinando a multiplicidade: há diversas realizações textuais, diversos modos de identificar um texto e ainda diversos nomes para o género. Além disso, nunca é o texto na sua totalidade e como totalidade, objecto semiótico complexo integrado numa pragmática comunicativa, possuidor, por excelência, da característica do engendramento progressivo, a um tempo conservador e subversivo, que é identificado pelo nome do género, mas «quando muito um acto comunicativo», no qual ele se inscreve e do qual participa.

O texto possui uma lógica de diferenciação interna, modificando, através da actualização, as propriedades pertinentes de um modo parcial e dialéctico, uma vez que a regra não constitui uma propriedade em si mesma, mas antes e tão só a prescrição dessa mesma propriedade. A alteração das regras é operada pela própria regra; o semelhante engendra e anula o semelhante.

Sendo dialéctica a tradição das formas, apresenta uma complexificação crescente provocada pelos deslocamentos intergenéricos e intragenéricos sucessivos. Atendendo-se à intencionalidade pragmática e ao teor institucional nela vigentes, verifica-se então a existência de funções reguladoras do fazer literário e dos seus possíveis. A aparente quebra, através da ruptura e da miscigenação, da noção de género implica um restaurar da ordenação, uma metamorfose em que a face do possível se converte em visível concretude. Daí se depreende o carácter produtivo, criativo (genesíaco) do género.

Sendo os géneros entidades taxinómicas têm que ser integrados numa processualidade mais vasta, a da pragmática comunicacional, da qual todo o

texto releva. A determinação genérica a este nível situada, permite detectar a existência de factos invariantes e participadores de uma pragmática fundamental no agenciamento dos jogos verbais. Mas, «na maioria dos casos, o nome do género recobre não só o acto comunicativo como a mensagem nele contida». Por outro lado, critérios de tipo temático, bem como toda a componente contextual, acompanham a formulação taxinómica. Daí se extraem duas conclusões: a existência de uma «variabilidade contextual da significação dos termos genéricos» e «o estatuto genérico do acto comunicacional não é um facto de textualidade, mas sim de intencionalidade».

Essas classes de materialização de um processo comunicativo da ordem do literário funcionam, então, como uma espécie de topoi que instauram e condicionam as figurações do sujeito, entidade criadora e criatura da linguagem. Os textos mediante os quais o sujeito se corporiza são movimentos e movimentações ante a pura possibilidade do dizer e dos modos de que esse dizer se reveste. Tal factor leva a constatar a existência de universais de teor pragmático, possibilitando encontrar posturas discursivas específicas.

Não podendo o sujeito de enunciação criar uma atitude discursiva de per si, já que estas correspondem aos universais pragmáticos acabados de mencionar, resta-lhe subvertê-la internamente, actualizá-la de maneira específica nessa dialéctica entre originalidade e tradição. O género, produto teórico, é um processo, na medida em que se liga à grande dinâmica dos jogos verbais e à acção teórica no seu agenciamento. Contrato e pacto, entra de imediato na interacção dialéctica praxis-teoria. Por isso mesmo, é mutante, entidade em permanente transformação feita de constante recombinação. Recorrência e variância enformam o alargamento e a própria vigência do campo literário numa expansão contínua, manifestando também a permanência de códigos retórico-literários como o de género, dado que este é fundamentalmente arquitexto, virtualidade.

Assim, «toda a obra modifica o conjunto dos possíveis, cada exemplar muda a espécie», como propõe Todorov, exemplificando e negando, ao mesmo tempo, agindo, corporizando. Assim, o género detém em si «genericidade», capacidade de engendramento, força formativa direccionada, que permite tanto miscigenação como a depuração, a subversão como a consolidação. A ruptura, processo instaurador da necessária transformação evolutiva gera a perenidade das formas, mediante o instaurar de novas categorias, novas orientações, naquelas integradas relacionamente.

Procura-se, pois, e partindo de tais pressupostos, detectar «não os géneros como classe de textos, mas o genérico como elemento de produção das obras», não esquecendo que tal entidade está condicionada à partida pela escolha, posição, postura do autor enquanto agente do literário, pelo contexto de origem e de circulação, sendo variável ainda ao nível da produção e da recepção.

A determinação global não se confina aos segmentos textuais propriamente ditos, mas condiciona uma atitude discursiva que os ultrapassa em muito. O posicionamento e o agenciamento textual remetem e apontam para essa entidade mais lata, virtual, que é o arquitexto. «Como todo o texto encerra e transmite uma mensagem, pode ser apreendido ao nível das atitudes discursivas que o comandam». Na sua relação com a componente arquitextual,

o texto tanto exemplifica como transforma, corporizando o encaminhamento do processo transtextual.

Sendo toda a taxinomia uma construção de teor metatextual por natureza, e como tal descritiva, tem impreterivelmente uma função de leitura. A proposta de leitura, e de interpretação ipso facto, apenas pode ser uma tentativa de ordenar e de sistematizar a persistência de traços morfológicos, agenciamentos afins, objectivos semelhantes, factores comuns. Tentativa de produzir uma representação conceptual, um simulacro implica, pois, um trabalho «de classificação que é um recorte entre outros», necessariamente redutor, do complexo ao simples, mediante a busca de universais que a instaura. Não pode, por isso mesmo, furtar-se ao «carácter ilusório e histórico da definição de género apenas abordável de maneira parcial e por contextos específicos».

O detectar de recorrências e de uma espécie de acordo formal entre os textos mediante a descoberta de afinidades constitutivas e regularidades da ordem do arquiteitual dá origem a uma figuração particular, dirigida, da leitura. Porém, esse esforço de circunscrever, através de um processo de análise e de síntese a objectualidade em questão, nunca pode esquecer que «a interpretação, a recepção e as classificações genéricas são fundadas sobre cânones literários».

Maio/91.

Celina Silva